

## **A política dos periódicos: historiografia, poesia e retórica nas revistas acadêmicas oitocentistas**

*Lucas Bento Pugliesi*<sup>1</sup>

### **Resumo**

A presente conferência versará sobre a produção intelectual e poética dos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Francisco, posta sob circulação em uma plêiade de periódicos que, pela própria arquitetura editorial, conservou tom de polêmica em relação a um projeto de nação que se erguia no intramuros do IHGB. Através da análise detida de uma questão pontual – o indianismo, conforme apresentado em textos de gênero histórico e lírico –, intentar-se-á evidenciar o papel que coube a continuidade da instituição retórica para moldar o debate intelectual e político em meados dos oitocentos. Para tanto, através do exame das fontes primárias, à luz do referencial retórico colonial, espera-se demonstrar, ainda que parcialmente, os entrelaçamentos entre história e poesia (tendo encontrado a primeira uma espécie de fonte na segunda), assim como a continuidade de tópicos, como da *historia magistra vitae*, na esteira daquilo que foi observado sobre a produção da Revista do IHGB por Guimarães (1988). Assim, precariamente, é possível fazer avançar o debate sobre o projeto de nação hegemônico do XIX em relação às suas possíveis dissidências, ainda que nos liames de uma partilha de posições bem demarcadas.

### **Palavras-chave**

historiografia literária; retórica; século XIX; poesia brasileira

---

1 Mestrando em Literatura Brasileira pela FFLCH/USP sob orientação de Vagner Camilo; lbentopugliesi@gmail.com.

Nesta comunicação pretendo me focar na análise de alguns textos veiculados pelos periódicos acadêmicos oitocentistas gestados na Academia de São Paulo, buscando rechaçar possíveis categorias interpretativas de índole dedutiva. Como metodologia, preferiu-se adotar a leitura cerrada da prática da circulação destes discursos, ainda que sua condição de enunciação tenha sido demasiadamente restrita.

Os supracitados jornais estudantis se sucederam em amplo catálogo de títulos, entre os quais se notabilizou *Os ensaios literários*, publicado durante a década de 40 do XIX, pormenorizadamente estudado por H. Garmes (2006). Na esteira de seu trabalho, almejei dar conta das possíveis imbricações e polêmicas que se seguiram nas revistas acadêmicas que ocuparam o *halo* deixado pelo fim das atividades d'Os Ensaio. São elas: *O acayaba*, *Os Ensaio Literários do Ateneu Paulistano* e *a Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. Os três títulos circularam, com longevidades variantes, durante a década de 50 do XIX, estendendo seu alcance, para além da provinciana São Paulo, às leituras de historiadores profissionais do Instituto Histórico Brasileiro.

Como diversas notas editoriais fazem perceber<sup>2</sup>, os jovens editores do periodismo paulista – a cujas fileiras se somaram nomes como os de José de Alencar, Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e José Bonifácio, o moço – pretendiam alcançar o palco maior do debate da *intelligentsia* brasileira do período, debutando politicamente como “aprendizes do poder”, conforme a consagrada tese de S. Adorno (1988).

Contudo, a partir da análise dessas agremiações e seus respectivos subprodutos culturais, pude constatar que afora espécie de “estágio político” tão caro à elite do império, as revistas engendraram específico campo de polêmica que, por vezes, chegou a imprimir tensão contra a *doxa* institucionalizada pelo braço cultural legitimador da política imperial, o IHGB, que, através de sua revista de caráter positivista embrionário,

---

2 A título de exemplo, no número 2 de 1853 da *Revista do Jornal do Ensaio Filosófico Paulista*, na ocasião do anuário das atividades da agremiação, o orador trata de recuperar, com ares de importância, a correspondência trocada com o ilmo. doutor Joaquim Manuel Macedo, então membro do IHGB, episódio (acompanhado por outros inúmeros que não cabe aqui retomar) que reforça a observação de Garmes acerca do público leitor constituído por essas revistas: “determinado estrato da sociedade letrada, a saber: os próprios acadêmicos e as referidas “altas sumidades literárias” do momento” (2006, p. 65)

operou de modo análogo ao que foi descrito por B. Anderson em seu *Comunidades Imaginadas*<sup>3</sup> (2015). Dessa forma, contrariando a macroestrutura descrita pelo teórico, tais periódicos serviriam como espécie de linha de fuga, reivindicando outros lugares na partilha de saberes devidamente euforizados no conturbado período de consolidação do segundo reinado.

Não se intenta com isso afirmar a autonomia radical dessas publicações em relação ao pensamento dominante nos meios acadêmicos, mas demonstrar como, por meio de certas mediações, a ver, da permanência da retórica e, em seu bojo, de uma noção não-liberal de autoria, estes jovens escritores puderam criar certo liame de ruptura ou, ao menos, de não-conformação como um pensamento verticalmente instituído.

Nesse sentido, acompanhando a observação de Salgado Guimarães acerca da continuidade da tópica ciceroniana da *historia magistra vitae* (1988) na escrita da história oficial pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constatei que esse modo de conceber a historiografia se estendeu para outros campos da produção nos tempos do império, carregando consigo todo um conjunto de práticas de longa duração associadas às supracitadas estratégias retóricas.

De um lado tem-se um sentido histórico para a prática: a permanência do ensino da retórica nas escolas imperiais, conforme bem mapeado por Acízelo (1999); cujo declínio corresponderia, justamente, ao raiar da geração 70 que transformaria radicalmente os rumos intelectuais e políticos do país. Desse modo, não é de se estranhar que esses jovens, nascidos, sobretudo, durante os anos 30, tenham recorrido ao velho aporte oratório que ainda engendrava seu pensar. Por outro lado, tem-se o fazer; isto é, a utilidade da via retórica com sua lógica subjacente de encômio, que permitiria maiores saltos argumentativos por meio das balizas da ornamentação e da eloquência.

Tendo, a essa altura, apresentado os pressupostos que lastreiam o trabalho de

---

3 O argumento já clássico do teórico marxista caminha por pensar a construção de um espaço nacional a partir de “dentro”, isto é, a era da imprensa teria possibilitado à elite letrada local propiciar, pelas novas potencialidades de alcance, uma unificação do dialeto dominante contra os dialetos laterais que escapavam a sua forma hegemônica (ANDERSON, 2015).

mestrado que orienta esta apresentação, recorro à leitura de alguns textos d’*O acayaba*, de maneira a se focar a problemática recorrente da questão indígena (e por decorrência, do indigenismo), reativada pela repaginação das *Guerras Justas*, que despontava no período graças às discussões equivalentes no âmbito legislativo, conforme nos deixa saber Manuela Carneiro da Cunha (1998)

A escolha d’*O acayaba*, o jornal de menor duração dentro do *corpus* estudado, não é arbitrária, mas remete a preocupação maior de seus editores para com a questão indígena, revelada já pela opção de nomenclatura.

A partir do exame de textos presentes na revista que circulou entre 1852-3, a ver, o ensaio “*A civilização no Brasil – Método e Brasil Indígena*” e os poemas “*Ô se era linda*” e “*Canto do Ibitinga*” (de autoria do hoje anônimo, Leandro B. Castilho), será possível observar as interpenetrações entre o gênero lírico (e possíveis inflexões do épico) e o histórico, concebidos sob suas respectivas lógicas de *decoro*, ainda a *pari-passu* com a velha estrutura retórica encomiástica, dentro de regimes de elogio e censura.

Com o cotejo dos excertos se tornará visível o modo como 1) a história, conforme bem apreendeu Salgado Guimarães (op. cit.), permanece como modelo de aprendizagem e de uso para a performance coeva; 2) a poesia ainda ocupa o *locus* do tripé retórico do *mover, deleitar e persuadir*, de modo, a nesse caso, “instruir”, funcionando como “fonte” da historiografia acadêmica do período; 3) a instituição da emulação se sustém XIX adentro, em vias de que os poemas citados de Castilho só podem ser compreendidos enquanto mediados pela imitação da poética de G. Dias; 4) dentro da lógica da competição (emulatória), L.B. Castilho tenta superar as imagens de G. Dias, de modo a produzir um novo corpo indígena, infundindo algo de uma respiração branca (HANSEN, 2006) deveras diversa do que o anteriormente tematizado nos poemas do *auctor* maranhense; 5) a dramatização do corpo indígena nessa poesia apresentada a leitores (e ouvintes) brancos responde a um projeto de encômio que se afina às pautas ideológicas representadas pelo projeto editorial do periódico em possível desacordo a uma leitura hegemônica e estatal das mesmas questões; 6) os possíveis ecos da oralidade, inerente ao *cronotopo*

das agremiações estudantis que, de alguma maneira, escapam à lógica da imprensa que sustentaria o nacionalismo majoritário, conforme estudado por Anderson (op. cit.).

Na análise, mobilizarei, como se entrevê, a hipótese, aventada por Acízelo (op. cit.), de que na boléia do ensino retórico estaria a permanência de um conjunto de práticas que impactariam a produção letrada do período.

Assim, a representação do índio performatizada por L.B. Castilho e pelo *Acayaba* estaria ligeiramente próxima daquela que se encontra na lírica e no teatro de Anchieta, isto é: de um uso retórico a sustentar a finalidade persuasiva que pavimenta um projeto ideológico maior. Haveria assim, nesse periódico algo de um descontínuo, de uma fratura em relação aos escritos de Von Martius, de Varnhagen e de outros membros majoritários das letras coevas.

Este é, sobretudo, um trabalho de arqueologia das ruínas de uma história que foi preterida em prol de um projeto (ainda) mais violento, mormente estudado por Carneiro da Cunha (op. cit.), no que diz respeito aos nossos “involuntários da pátria” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016), nativos das terras brasileiras. Contudo, penso que a análise dessas linhas de fuga da máquina colonial que se manteve mesmo após a independência, possa contribuir, de alguma maneira, para o entendimento do profícuo, ainda que singelo, palco de debates oitocentistas.

## Referências bibliográficas

ACÍZELO, Roberto (1999). *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1999, 279 p.

ADORNO, Sérgio (1988). *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 266 p.

ANDERSON, Benedict (1983). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 330 p.

CUNHA, Manuela Carneiro (org.) *História dos índios no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 608 p.

GARMES, Helder (2006). *O romantismo paulista: Os Ensaio Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*. 1ª Ed. São Paulo: Alameda, 2006, 286 p.

GUIMARÃES, M.L.L. Salgado (1988). *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, No 1, p. 5-27, 1988.

HANSEN, João Adolfo. “Anchieta: Poesia em tupi e produção da alma” Em ABDALA JR (org.) *Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Os involuntários da pátria*. Série Pandemia. São Paulo: n-1 edições, 2016, 22p.